

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DA REDE ESTADUAL DE DOURADOS (MS)

Solange Rodrigues da Silva
Flaviana Gasparotti Nunes
Universidade Federal da Grande Dourados
Bolsa PROLICEN/UFGD (Programa de Projetos de
Pesquisa na Licenciatura)
so_ufms@hotmail.com
flaviana.nunes@hotmail.com

Introdução

Este trabalho insere-se na pesquisa “Programas de Educação Ambiental: uma avaliação das propostas e ações no município de Dourados (MS)”¹, a qual pretende, de forma geral, analisar as propostas de Educação Ambiental existentes e desenvolvidas no município por parte do poder público municipal e estadual (Secretarias de Educação, Meio Ambiente e escolas das respectivas redes de ensino).

Em levantamento já realizado, constatou-se que grande parte das atividades relativas à Educação Ambiental é desenvolvida por professores de Geografia e Biologia. Com base nessa constatação, este trabalho tem como objetivo identificar e analisar as concepções e práticas de Educação Ambiental desenvolvidas pelos professores de Geografia da rede estadual de Dourados.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivos: identificar as atividades de Educação Ambiental desenvolvidas pelos professores de Geografia da rede estadual de ensino de Dourados; identificar e analisar, a partir de entrevistas semi-estruturadas, as concepções e práticas dos professores de Geografia relativas à Educação Ambiental e identificar e refletir sobre a utilização do documento “Educação Ambiental: Gotas do – reflexões e práticas” pelos professores de Geografia como subsídio para as atividades de Educação Ambiental.

Para atingir os objetivos expostos, os procedimentos metodológicos previstos são: levantamento e estudo bibliográfico sobre o tema; elaboração de roteiro para entrevista com professores de Geografia; entrevistas semi-estruturadas com professores de Geografia da rede estadual de ensino de Dourados (MS); transcrição das entrevistas e sistematização das informações obtidas; leitura e análise do documento “Educação Ambiental: Gotas do Saber-reflexões e práticas” e identificação das formas de utilização do mesmo pelos professores das escolas estaduais de Dourados.

A problemática em torno da questão ambiental

A partir da década de 1960, devido ao agravamento dos problemas ambientais surgem manifestações voltadas para a “defesa da natureza”. Diversos grupos ambientalistas ou ecologistas como também são chamados se organizam, por meio de ONGs, para propor mudança no modelo, tido como destrutivo, ou seja, o capitalismo. Passa-se então a organizar uma série de campanhas de conscientização, para que a sociedade perceba a necessidade de um novo arranjo no modelo de produção, arranjo esse capaz de atender às carências humanas e ambientais.

¹ A pesquisa em questão conta com financiamento da FUNDECT – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul.

Todavia, não podemos ser ingênuos, e desconsiderar a presença de uma profunda raiz ideológica no discurso ambientalista. Como destaca Carvalho (1991 p.67):

(...) o amplo movimento ecológico deste final de século não é composto somente de correntes críticas no modelo industrial. Há ainda entre os chamados “defensores” da natureza, aqueles cuja preocupação maior é exatamente a inversa, isto é, com a sobrevivência dos atuais esquemas de produção.

E é com base nesse discurso que dão ainda mais ênfase a visão dicotômica entre homem e natureza, colocando dessa forma, maior responsabilidade, pela diminuição ou até mesmo, esgotamento dos “recursos naturais”, no consumismo, tirando a real responsabilidade do processo de produção, transformando o consumismo em algo dissociado do modelo de produção capitalista, como se o consumo exacerbado não fosse algo fundamental a esse modelo de produção, daí por exemplo, a idéia de “desenvolvimento sustentável” que propõe ser possível a produção, sem impactos ambientais, criando a dialética forma de concentração dos lucros e socialização dos prejuízos.

Os movimentos ambientalistas passam a ter um maior destaque a partir de 1972, com a realização da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que teve como principal foco de debate, a poluição gerada, sobretudo, pelas indústrias. Sediada em Estocolmo, na Suécia que teve como consequência a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

No que diz respeito à Educação Ambiental recomendou-se que a mesma deveria ter um enfoque interdisciplinar e ser desenvolvida em todos os níveis de ensino e gradativamente passou a reforçar a necessidade de sua inclusão no ensino informal, não como uma disciplina a mais nos currículos, mas estando presente em todas as disciplinas.

A Educação Ambiental surge então, como a solução para os problemas ambientais ou na sensibilização da população a estes problemas:

A UNESCO foi responsável pela divulgação e realização dessa nova perspectiva educativa e promoveu três conferências internacionais em Educação Ambiental ao longo de três décadas: a Conferência de Belgrado em 1975, a Conferência da Tbilisi em 1977 e Conferência de Moscou em 1987.

Em 1992, no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também como Cúpula da Terra. Participaram 172 países e um número inédito de 107 chefes de Estado e de governo, junto a dezenas de milhares de delegados e representantes da sociedade civil. Eles assistiram à assinatura de uma série de compromissos, sendo o mais importante deles a Agenda 21 ou Programa 21, que propõe um plano de ação para conseguir um desenvolvimento compatível com a conservação do meio ambiente. No que diz respeito à Educação Ambiental, no entendimento de Reigota (1996, p. 17):

“Nos vinte anos que separam as conferências mundiais de Estocolmo e Rio de Janeiro houve uma considerável mudança na concepção de meio ambiente. Na primeira se pensava basicamente na relação homem e natureza; na segunda o enfoque é pautado pela idéia de desenvolvimento econômico.

Essa mudança se fará sentir nos discursos, projetos e práticas diversas de educação ambiental que surgiram desde então.”.

Conforme definição da UNESCO (1987), a Educação Ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros.

No ano de 2002 em Johannesburgo, na África do Sul, ocorreu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+10, que foi uma tentativa da ONU de reavaliar e implementar as conclusões e diretrizes obtidas na Rio-92, em especial de avançar nas discussões e obter metas mais ambiciosas, específicas e bem definidas para alguns dos principais problemas ambientais de ordem global, entre os quais os relacionados às mudanças climáticas, ao crescimento da pobreza e de seus efeitos sobre os recursos ambientais, ao avanço de doenças como a AIDS, à escassez de recursos hídricos e de condições sanitárias mínimas em algumas áreas do Planeta, as pressões sobre os recursos pesqueiros, à conservação da biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais, inclusive das diversas fontes de energia. A colocação em prática do conceito de “desenvolvimento sustentável”, em resumo, foi o objetivo da Rio+10.

Destaca-se, portanto, importância desta questão nos dias atuais, não só do enfoque da denúncia e averiguação dos problemas ambientais existentes, mas também na busca de prováveis soluções para os mesmos em nível de políticas públicas envolvendo os setores educacionais.

Dentro desta lógica, no Brasil, a Educação Ambiental foi formalmente instituída pela lei federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que criou a Política Nacional do Meio Ambiente. A partir de então, foram desenvolvidas algumas ações por parte de vários órgãos como o IBAMA e Ministério do Meio Ambiente no sentido de desenvolver a Educação Ambiental no Brasil.

No campo educacional, destaca-se na década de 1990, a realização dos primeiros Fóruns Nacionais de Educação Ambiental, a instituição do PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) pelo Ministério do Meio Ambiente e dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) pelo MEC, no qual a temática ambiental foi inserida como conteúdo transversal em todas as disciplinas do currículo escolar. Já no final dessa década, o Senado aprovou a lei federal 9795/99 que tem como objetivo oficializar a presença da educação ambiental em todas as modalidades de ensino.

Constata-se, assim, a existência de aparelhos legais e meios financeiros para realização da Educação Ambiental no Brasil. Existem, tanto na instância ambiental como educacional, órgãos públicos responsáveis pela realização da Educação Ambiental no país.

Nunes (1995) concorda que a educação é o único processo capaz de modificar atitudes, reformulando conceitos e formando sensibilidade ambiental, mas discorda que esse papel caiba, só à escola. Para que um programa de Educação Ambiental tenha êxito, é necessário que faça parte de um processo mais amplo, que inicie na escola, estenda à comunidade e alerta para os riscos de que a educação ambiental na escola se torne apenas mais um curso ou disciplina a ser adicionada a um currículo já sobrecarregado.

Desde seu surgimento até os dias de hoje, diversas foram as dificuldades enfrentadas e superadas por educadores ambientais, entre elas, a formação destes profissionais. Quando formados em áreas técnicas (engenheiros agrônomos, florestais e civis; biólogos, químicos, geógrafos, entre outros), dominavam o conhecimento técnico e científico que são muito importantes, porém, ignoravam conhecimentos na área educacional como psicopedagogia, indispensável para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem. Quando formados nas áreas educacionais apresentavam falhas no conhecimento científico e técnico (MEDINA, 1996).

Apesar das dificuldades que se impõem à prática da Educação Ambiental (EA) no contexto escolar, a educação brasileira tem destaque em relação a projetos que envolvem a temática ambiental no ensino formal, pela pertinência do conteúdo, inovação metodológica e respaldo social (REIGOTA, 1999).

Para Pedrini (1998, p. 56) “(...) faltam apenas estímulo à capacitação dos educadores ambientais com base teórico-metodológica e reivindicação e fiscalização da população para que nossos governantes sejam eficazes.”

Todavia, ainda que a questão ambiental tenha obtido um enorme crescimento no que se refere a documentos oficiais de ensino e na escola de forma geral, as práticas pedagógicas permaneceram restritas a ações isoladas de alguns professores, que realizam ações que mesmo de relevância, não são capazes de apreender os objetivos educacionais. Neste sentido, vários autores colocam a importância de um enfoque em que se aborde a Educação Ambiental, considerando a complexidade das relações humanas e ambientais.

Considerações Iniciais da pesquisa

Nos últimos anos a sociedade passou a ser submetida há uma série de campanhas de “conscientização” no que se refere a chamada “crise ambiental.” Todavia o que devemos analisar é a maneira como isso está sendo realizado. O que vemos na grande maioria das vezes são campanhas de apelo social, para que se preserve a “natureza”, “o meio ambiente”, campanhas de coletas seletivas, “reflorestamento”, etc, não que isso não seja importante, mas o que identificamos é a falta de um debate sobre a forma como a sociedade se organiza, e que influi diretamente na forma como essa idéia de natureza é apropriada pelos diferentes atores sociais, onde se socializa os prejuízos e se privatizam o uso e acesso a essa chamada “natureza intocada”.

Neste sentido Devemos entender que antes de discutirmos qualquer tema relacionado a questão ambiental, devemos primeiramente identificar e analisar a raiz do problema. De acordo com Reigota, (1994,p.10):

“É necessário entender que o problema está no excessivo consumo desses recursos por uma pequena parcela da humanidade e no desperdício e produção de artigos inúteis e nefastos à qualidade de vida.” Reigota, (1994 p. 10.)

“Não se trata de garantir a preservação de determinadas espécies animais e vegetais e dos recursos naturais, embora essas questões sejam importantes. O que deve ser considerado prioritariamente são as relações econômicas e culturais entre a humanidade e a natureza e entre os homens.

É notório que durante os últimos anos, as campanhas ambientalistas têm desconsiderado a capacidade de acumulação e transformação dos “recursos naturais”, haja a vista que desconsidera o sistema de classes no qual a sociedade está organizada e que dita a regra de como cada classe trata os “recursos naturais”. Exemplo disso são as campanhas para a preservação e não desperdício dos recursos hídricos nas quais a responsabilidade é transferida dos setores que mais utilizam a água, como por exemplo, as indústrias, para a população de um modo geral, que deve segundo esse discurso economizar água durante a realização de suas necessidades básicas, induzindo assim para que sintam-se responsáveis pelo uso “irracional” deste recurso, deixando de lado, o questionamento sobre a racionalidade da utilização do mesmo pelas indústrias.

Entendemos que a educação ambiental deve estar pautada não apenas em um único conteúdo, mas sim baseada nas relações cotidianas, vividas na sala de aula, na escola, em suas casas, em seus bairros, cidades etc. Uma educação capaz de formar cidadãos críticos, politizados, que questione, que procure identificar entender e os problemas socioambientais numa escala não somente global, mas que busque soluções para os problemas encontrados em escala local. Ou seja, cidadãos que busque uma maior qualidade de vida, numa sociedade mais justa para todos.

Nesse sentido concordamos com Carvalho, (2006 p.163).

“(...) uma Educação Ambiental crítica deveria fornecer elementos para a formação de um sujeito capaz tanto de identificar a dimensão conflituosa das relações sociais que se expressam em torno da questão ambiental quanto de se posicionar-se diante desta.”

Nessa perspectiva a Educação Ambiental, deve levar-nos, a identificar, analisar e questionar a forma com a qual os problemas sócio ambientais, vem sendo entendidos e trabalhados em nossa sociedade. Uma educação capaz de ir além do conceito de natureza, visto como “natureza intocada”, conceito esse naturalista, que acaba por influenciar o conceito de meio ambiente, desconsiderando as relações contraditórias que permeiam nos embaraçados laços de convivência entre o que hoje identificamos de maneira dicotômica, de relação sociedade – natureza, desconsiderando dessa forma a relação mutua interação entre a sociedade e o ambiente. Carvalho, (1991 p. 31) destaca:

“E quando o domínio do natural e da natureza se torna atributo monopolizado por uma classe, o restante da sociedade não só fica privado dos poderes sobrenaturais, como também começa a perceber distinções importantes entre os homens, a maioria pelo menos, e a natureza, já que esta se torna algo inalcançável para o comum dos mortais.”

Essa visão dicotômica, vem sendo instigada e alimentada, de maneira a levar-nos a entender a natureza como recurso a ser apropriado pelo homem, entendendo que essa apropriação não acontece de maneira homogênea, mas que apenas por uma pequena parcela da sociedade.

A partir da problemática anteriormente esboçada e com base nas constatações de que: *“(...) nos últimos anos ocorreu o boom da educação ambiental, tornando-a um modismo, que confunde os seus praticantes e usuários e muitas atividades exóticas têm sido chamadas de educação ambiental. (REIGOTA, 1996, p. 53)”*, pretendemos analisar como o professor de Geografia tem trabalhado e concebido essas questões.

Por ser a disciplina que trabalha diretamente as relações sociedade/natureza entendemos que o professor de Geografia exerce um importante papel na construção de propostas para a chamada Educação Ambiental.

Neste sentido, é importante verificar se esses professores têm desenvolvido ações que fujam a uma concepção simplista de meio ambiente e natureza conforme aponta Tamaio:

“A Educação Ambiental não pode se resumir às críticas sobre o processo de ocupação “degradante” que o homem promove na natureza, mas deve analisá-lo dentro de uma teia de relações sociais em que a prática pedagógica desenvolvida na escola é parte integrante de uma sociedade multifacetada por interesses ideológicos e culturais.” (2002, p. 37).

Com base nas informações obtidas nas entrevistas com professores de Geografia da rede estadual de Dourados (MS), esperamos reunir elementos que possibilitem a reflexão sobre as práticas desenvolvidas, bem como sobre as concepções de sociedade, natureza e meio ambiente que embasam e direcionam tais práticas.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SEMA). *Política nacional do meio ambiente*. 2ª ed. Brasília, 1986.

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º ciclos do ensino fundamental. Geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 de abril de 1999.

CARVALHO, Marcos B. de. *O que é Natureza*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MEDINA, N. M. *Educação Ambiental: Princípios e Objetivos*. Revista da Educação AEC, nº 68, Porto Alegre 1988.

PEDRINI, Alexandre de G. (Org.) *Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 1998.

REIGOTA, Marcos. *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

TAMAIÓ, Irineu. *O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental*. São Paulo: Annablume:WWF, 2002.

UNESCO. 1987. Congresso Internacional UNESCO/PNUMA sobre la educacion y la Formacion Ambientales, Moscou. In: *Educação Ambiental, Situação Espanhola e Estratégia Internacional*. DGMA-MOPU, Madrid.